

CASAMENTOS PREMATUROS

Vazio legal fragiliza a rapariga

ANA RITA TENE

A SALVAGUARDA dos direitos sexuais da rapariga e protecção dos casamentos prematuros e gravidezes precoces exigem acções concretas de penalização dos seus promotores, daí que é urgente a revisão da legislação sobre a protecção da criança.



O desejo é que cada vez menos meninas se casem cedo

É consenso entre a sociedade civil e profissionais da comunicação que, tendo uma lei que penaliza os pais, o casal, padrinhos

ou outros familiares que apolam as uniões prematuras, aliado à mobilização para a mudança de comportamento, pode-se dar um passo importante rumo

à erradicação dos casamentos prematuros.

Reunidos recentemente no município da Matola para reflectir sobre casamentos prematuros e

promoção dos direitos da criança, vários intervenientes defenderam a urgência da participação colectiva na resolução dos problemas da rapariga.

Além disso, é preciso trabalhar nas comunidades para mudar algumas crenças e a forma como rapazes e raparigas são educados. É lá onde desde cedo

as crianças são submetidas a uma "divisão sexual do trabalho", com consequências na maneira como elas serão formadas socialmente.

Segundo Vitalina Papadakis, juíza desembargadora, a lei ainda apresenta lacunas que fragilizam todo o sistema de protecção das raparigas. Nós ainda não temos, por exemplo, uma lei exclusiva contra casamentos prematuros, o que nos leva a recorrer à Lei

da Família.

"Quando o legislador diz que o casamento de menores pode ser celebrado se houver interesse superior da criança ou mesmo com autorização dos seus pais ou encarregados, está a dizer que a vontade desta criança está abaixo do tal interesse supremo", disse.

No campo social, Papadakis entende que, quando educamos o rapaz para o trabalho, formação e como provedor, e à rapariga

ensinamos realizar trabalhos domésticos, estamos a transmitir ensinamentos errados sobre a vivência na sociedade.

"Temos de mostrar aos nossos filhos que não existe trabalho exclusivamente para homens e outro para mulheres. A promoção da igualdade de direitos e deveres entre crianças de sexos diferentes, dentro de casa, pode reduzir o número de casos de raparigas entregues às uniões prematuras.

Ritos de iniciação e divisão sexual do trabalho



O tráfico, não raras vezes, resulta da vulnerabilidade das famílias

NALGUMAS zonas do país, com destaque para as províncias do Centro e Norte, o crescimento da rapariga ou rapaz é avaliado pela submissão aos

tarefas para que foi preparada. Respeitar quer dizer obedecer ao marido, cozinhar e servir a comida, ter paciência e aceitar as 'ordens' do parceiro".

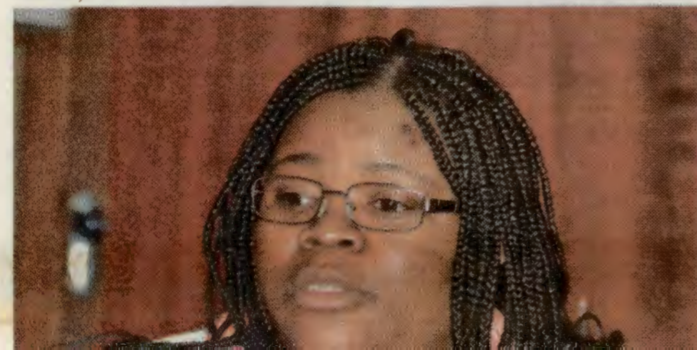
Lacunas na abordagem dos direitos das crianças

A ABORDAGEM jornalística de assuntos que envolvem a criança ainda mostra algumas lacunas no que diz respeito à protecção

envolvem violação dos direitos das crianças.

"Temos notado que, muitas vezes, quando algum caso é

referência à legislação, dados estatísticos, evidências, entre outros aspectos que permitam a educação e esclareçam acerca de direi-





Os casos de violência contra rapariga não têm tido seguimento - Célia Claudina

Lacunhas na abordagem dos direitos das crianças

A ABORDAGEM jornalística de assuntos que envolvem a criança ainda mostra algumas lacunas no que diz respeito à protecção e salvaguarda dos seus direitos, apesar do aumento registado na cobertura de questões como casamentos prematuros e gravidezes precoces.

A constatação foi avançada por Célia Banze, presidente executiva da Rede de Comunicadores e Amigos da Criança (RECAC), num encontro que tinha como objectivo reflectir sobre os casamentos prematuros, tráfico de pessoas e políticas de protecção da rapariga.

Célia Banze chamou atenção para o facto de não se fazer o acompanhamento dos casos que

envolvem violação dos direitos das crianças.

"Temos notado que, muitas vezes, quando algum caso é denunciado e coberto pela comunicação social, não é feito o seu seguimento para saber onde se encontra o condenado, quantos anos estará preso e onde terá ido depois de cumprir a pena", referiu.

De acordo com o último relatório da RECAC de 2015, a falta de contextualização de notícias que envolvem menores constitui um dos grandes problemas identificados.

Célia Claudina defende a necessidade de apresentar as causas, consequências e possíveis soluções dos problemas, fazendo

referência à legislação, dados estatísticos, evidências, entre outros aspectos que permitam a educação e esclareçam acerca de direitos, deveres e responsabilidades de cada segmento da sociedade no garante do bem-estar da criança.

No entanto, no período em análise o país alcançou progressos importantes na melhoria do bem-estar das crianças em diferentes domínios, com destaque para o fortalecimento do quadro político, legal e institucional dos direitos da criança. Porém, permanecem desafios na implementação desse quadro legal.

"Os avanços registados em alguns indicadores de desenvolvimento e sobrevivência da criança podem ser colocados em risco de recuo dada a actual crise de instabilidade político-militar e financeira do país, que tem condicionado a capacidade do Estado em prover, em quantidade e qualidade desejável, serviços sociais mínimos para os cidadãos e para as crianças, em particular", concluiu.



O tráfico, não raras vezes, resulta da vulnerabilidade das famílias

NALGUMAS zonas do país, com destaque para as províncias do Centro e Norte, o crescimento da rapariga ou rapaz é avaliado pela submissão aos ritos de iniciação, numa cerimónia organizada pela família, marcando a passagem da infância para a idade adulta.

Normalmente, as meninas entram nos ritos após a primeira menstruação e os rapazes quando têm os primeiros sinais de puberdade. As crianças são então enviadas para um espaço isolado, sob orientação de matronas e mestres, onde aprendem como se devem comportar para serem adultas/os.

Segundo Luísa Chambala, da Associação ACABE, do Niassa, a divisão sexual do trabalho, o respeito e a vida sexual integram as componentes dos ritos de iniciação.

"Os rapazes, já antes dos ritos, ajudam os seus pais a pescar, a fazer pequenos trabalhos de construção e a realizar outras atividades que a família considere tarefas de homem, e as meninas aprendem a ajudar as mães nas tarefas domésticas", disse Chambala.

A segunda componente da aprendizagem dos ritos de iniciação é o respeito na comunidade. Para os rapazes, o respeito significa cumprimentar e ser educado para com as pessoas e comprar capulanas e bens para a mulher.

"Para as meninas, o respeito implica submissão ao marido e à sua família, sendo que uma boa mulher não deve perder paciência ou não cumprir as

tarefas para que foi preparada. Respeitar quer dizer obedecer ao marido, cozinhar e servir a comida, ter paciência e aceitar as 'ordens' do parceiro", acrescentou a fonte.

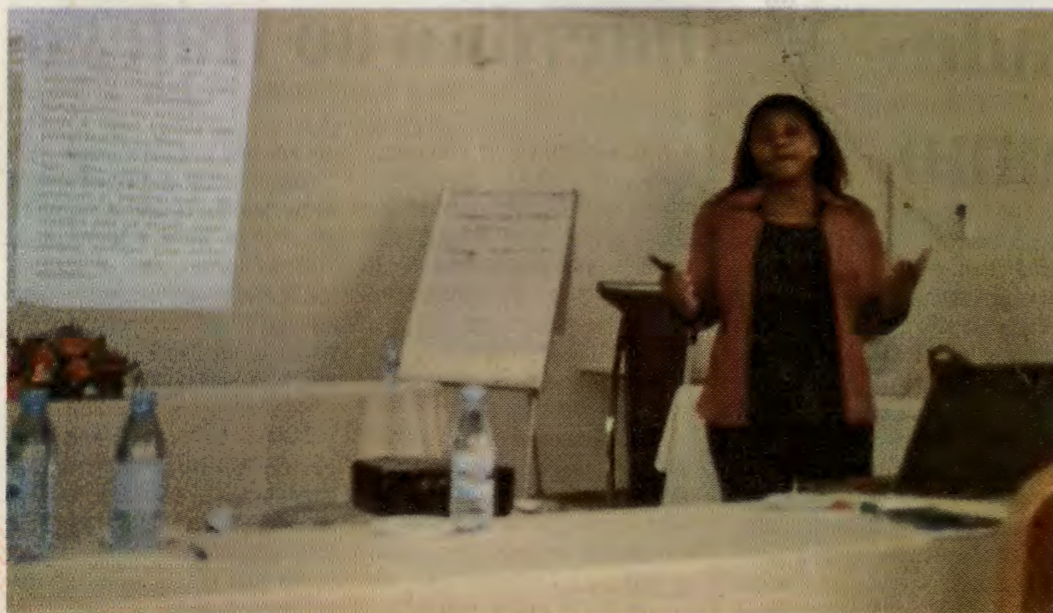
São estas situações que, segundo Chambala, levam as meninas a terem curiosidade de aprender sobre sexualidade, uma vez que os ensinamentos obtidos nos ritos versam sobre como "agradar ao homem sexualmente", e isso não excluiu nenhuma menor.

"Depois dos ritos, rapazes e raparigas, por vezes apenas com 12 anos ou um pouco menos, são considerados/as pelas famílias, principalmente nas zonas rurais, como devendo assumir a responsabilidade de adultos/as", lamentou.

No caso dos homens, começam a familiarizar-se com as plantas que conferem virilidade e com a relação sexual, através de cerimónias e de instrumentos de barro ou de pedra com a forma de sexo da menina. Que a sua mulher deve estar sempre disposta para a relação sexual, apresentando também quais os gestos, sinais e movimentos que devem fazer para lhes agradar.

Já as meninas, dos 5 aos 8 anos, são obrigadas a alongar os lábios vaginais, pois quando fazem os ritos elas são obrigadas a mostrar que o tamanho do alongamento é o desejável. Elas aprendem ainda que "nunca podem negar sexo", que "não devem ter medo do homem" e que a sua realização como mulher é casar e ter filhos.

Focalizamos acções nos grupos vulneráveis



Os ritos de iniciação influenciam no início da vida sexual

A FORMAÇÃO e retenção da rapariga na escola constituem pilares para o seu empoderamento, prevenção das gravidezes precoces e casamentos prematuros. Foi tendo em conta estes pressupostos que a Associação Coalizão da Juventude criou o programa Rapariga Biz.

Trata-se da estratégia de apoio no desenvolvimento de competências das raparigas vulneráveis dos 10-24 anos de idade, imple-

mentada num "Espaço Seguro", que permite a confidencialidade e solidariedade entre as Raparigas Biz de 14 distritos da província de Nampula e Zambézia.

Segundo Ana Dove, da Associação Coalizão da Juventude, o programa já cobriu 42.362 raparigas, das quais 15.532 foram integradas nos ensinamentos primários e secundários através do projecto de mentoria que envolve 2313 mentoras.

"Cerca de 7604 visitam o Serviço de Aconselhamento de Adolescentes e Jovens para questões de trato sexual e 802 começaram a usar os métodos contraceptivos para evitar gravidezes indesejadas e a transmissão das ITS bem como HIV", explicou.

Como resultado da implementação do programa, cada vez mais raparigas conhecem as instâncias legais para denúncia de casos de violação dos direitos humanos e

denunciam casos de casamentos prematuros e outros tipos de violação dos direitos das raparigas.

O foco em meninas entre 10 e 24 anos de idade está relacionado ao facto de este grupo correr maior risco de casar prematuramente e engravidar precocemente, ter fraco poder de negociar para o sexo seguro, limitado acesso aos serviços de saúde, em particular os de planeamento familiar, e maior probabilidade de abandonar os estudos.

"Com este programa, espera-se reduzir as gravidezes precoces (incluindo as suas complicações, como o caso da fistula), indesejadas e casamentos prematuros na comunidade, as infecções de transmissão sexual, incluindo o HIV/SIDA, nas raparigas (feminização do HIV) e o número de meninas que abandonam a escola na comunidade", disse Dove.

Também é importante melhorar a autonomia e participação das raparigas, com integração nas associações e grupos existentes e nos órgãos de decisão comunitários, e reduzir a dependência financeira através da melhoria das suas habilidades em poupança financeira e gestão de pequenos negócios.

Tráfico termina em violência de género

O TRÁFICO de mulheres e menores tem como móbil, muitas vezes, a exploração sexual, casamentos forçados de crianças, prostituição forçada, exploração laboral, mendicidade, venda de órgãos e servidão doméstica, representando a forma mais notável de violência baseada no género.

Segundo o director executivo da Rede contra Abuso de Menores (CAME), Carlos Manjate, o maior número de casos identificados em Moçambique é de tráfico para fins de exploração sexual e servidão doméstica, que ainda não tem enquadramento legal.

"As mulheres e crianças são a maioria das vítimas de tráfico identificadas. Quando se fala de exploração, inclui-se a prostituição de outrem, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extracção

de órgãos", afirmou.

O tráfico de pessoas assemelha-se, em parte, ao contrabando de migrantes, na medida em que as duas situações têm em conta a vulnerabilidade das vítimas. São negócios lucrativos usando pessoas e actividades criminosas. Dos casos identificados globalmente, o maior número é para fins de exploração laboral.

"Aqueles que imigram legalmente eliminam os riscos de se tornarem vítimas de tráfico. O tráfico de pessoas envolve necessariamente a passagem de fronteiras. O termo 'tráfico de pessoas' implica que necessariamente há movimento/transporte", acrescentou.

Na sua explicação, Manjate refere que os traficantes sempre fazem parte de organizações criminosas organizadas. A adopção ilegal de crianças representa um tipo de tráfico.



Carlos Manjate explica diferença e semelhança entre tráfico e contrabando